

## PESSOAS TRANSGÊNERO BRASILEIRAS E O CONTEXTO DE TRABALHO: REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL

*Brazilian transgender people and the work context: Review of the national literature*

*Personas transgénero brasileñas y el contexto de trabajo: Revisión de la literatura nacional*

*Les personnes transgenres brésiliennes et le contexte de travail : Revue de la littérature nationale*

 10.5020/23590777.rs.v23i3.e12931

**Joaquim Soares Coelho Alves**  

Doutor e Mestre em Psicologia do Trabalho e das Organizações pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Psicologia pela mesma Universidade. Servidor público (Psicólogo Organizacional) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando nas áreas de Gestão de Pessoas, Diversidades e Prevenção às Violências Relacionadas ao Trabalho.

**Pedro Fernando Bendassolli**  

Doutor em Psicologia Social (USP, 2000-2006, bolsista FAPESP). Realizou estágios pós-doutorais na Université Paris IX (Centre de Recherche Management & Organisation, 2008-2009, bolsista da Fondation Maison des Sciences de l'Homme), no Instituto de Psicologia da UNB (PSTO, 2009-2012, bolsista de Pós-doutorado Júnior/CNPQ), e no Centre for Cultural Psychology (Aalborg University, Dinamarca, 2016-2017, Bolsista Estágio Sênior/CAPES). Atua na área da Psicologia do Trabalho e das Organizações, com experiência na investigação de constructos psicossociais relacionados ao trabalho, especificamente processos de significação, seus determinantes, dimensões e consequentes.

**Fellipe Coelho-Lima**  

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui graduação, mestrado e doutorado (2016) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (GEPET/UFRN) e membro do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E/UFRN).

**Emilly Mel Fernandes de Souza**  

Psicóloga Clínica graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. Atualmente faz parte da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia - CFP na gestão de 2023 a 2025.

**Rebecka de França**  

Mestre em Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciatura plena em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte (IFRN, Campus de Natal - RN); Especialista em geografia do semi-árido e educação ambiental. Atual Coordenadora de Diversidade Sexual e de Gênero do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

### Resumo

O mundo do trabalho é um dos expoentes mais marcantes dos desafios enfrentados pelas pessoas transgênero (ou trans), configurando uma das principais esferas de exclusão e interdições nas vivências desse grupo. Partindo desse entendimento, o presente estudo se propõe a revisar as produções científicas nacionais sobre o trabalho das pessoas transgênero, especificamente aquelas publicadas em formato de artigos. Através de consultas às principais bases nacionais de publicações científicas, foram selecionados 38 artigos sobre essa temática. Esses artigos foram caracterizados por meio de um protocolo analítico e tiveram seus achados categorizados em quatro eixos que ensejaram discussões e reflexões acerca da produção brasileira sobre o trabalho das pessoas trans. Os resultados e análises alcançados permitiram identificar contribuições, tendências e lacunas no trato à temática, o que reforça a necessidade de novas pesquisas nessa seara, especialmente considerando o potencial do trabalho em contribuir com a inclusão social da população trans.

**Palavras-chave:** trabalho, transgênero, revisão de literatura

### **Abstract**

*The world of work is one of the most striking exponents of the challenges faced by transgender (or trans) people, configuring one of the main spheres of exclusion and interdictions in the experiences of this group. Based on this understanding, the present study aims to review national scientific productions on the work of transgender people, specifically those published in article format. Through searching in the main national databases of scientific publications, 38 articles were selected on this topic. These articles were characterized using an analytical protocol. Their findings were categorized into four axes that led to discussions and reflections on Brazilian production about the work of trans people. The results and analyses allowed us to identify contributions, trends, and gaps in dealing with the topic, which reinforces the need for new research in this area, especially considering the potential of the work to contribute to the social inclusion of the trans population.*

**Keywords:** work, transgender, literature review

### **Resumén**

*El mundo del trabajo es uno de los exponentes más notables de los retos enfrentados por personas transgénero (o trans), configurando una de las principales esferas de exclusión e interdicciones en las experiencias de este grupo. Partiendo de este entendimiento, el presente estudio se propone a revisar las producciones científicas nacionales sobre el trabajo de las personas transgénero, específicamente aquellas publicadas en formato de artículos. Por medio de consultas a las principales bases nacionales de publicaciones científicas, fueron seleccionados 38 artículos sobre esta temática. Estos artículos fueron caracterizados por medio de un protocolo analítico y tuvieron sus hallazgos categorizados en cuatro ejes que proporcionaron discusiones y reflexiones acerca de la producción brasileña sobre el trabajo de las personas trans. Los resultados y análisis alcanzados permitieron identificar contribuciones, tendencias y huecos en el tratamiento de la temática, lo que refuerza la necesidad de nuevas investigaciones en este campo, especialmente considerando el potencial del trabajo en contribuir con la inclusión social de la población trans.*

**Palabras clave:** trabajo, transgénero, revisión de literatura

### **Resumé**

*Le monde du travail représente l'un des défis les plus marquants auxquels sont confrontées les personnes transgenres (ou trans), constituant l'une des principales sphères d'exclusion et d'interdiction dans les expériences de ce groupe. À partir de cette compréhension, la présente étude propose de passer en revue les productions scientifiques nationales sur le travail des personnes transgenres, en mettant l'accent sur celles publiées sous forme d'articles. À travers des consultations menées sur les principales bases de données nationales de publications scientifiques, 38 articles sur ce sujet ont été sélectionnés. Ces articles ont été caractérisés par un protocole analytique et leurs conclusions ont été classées en quatre axes qui ont suscité des discussions et des réflexions sur la production brésilienne sur le travail des personnes trans. Les résultats et les analyses obtenus ont permis d'identifier les contributions, les tendances et les lacunes dans le traitement du thème, ce qui renforce le besoin de nouvelles recherches dans ce domaine, compte tenu notamment du potentiel des travaux à contribuer à l'inclusion sociale de la population trans.*

**Mots-clés :** travail, transgenre, revue de littérature

---

Nos últimos anos, a academia brasileira vem demonstrando crescente interesse nas vivências da população transgênero (e.g., Amaral et al., 2014). As pessoas transgênero (ou trans) são aquelas cujas identidades de gênero divergem das que lhes foram atribuídas pela sociedade a partir de seu sexo biológico no nascimento, sendo o termo *trans* também utilizado como “guarda-chuva” para referirem-se às travestis, pessoas transexuais e de gênero-não-normativo (Jesus, 2012).

A população trans enfrenta exclusão e vulnerabilidade em praticamente todas as suas esferas de vida, frequentemente e desde a infância. Como resultado de contextos familiares inóspitos, muitas pessoas trans terminam expulsas de casa por seus familiares, ou fogem em razão do preconceito transfóbico constante; assim, e não por acaso, são elevados os números de pessoas trans em situação de rua (Souza, 2019). A escola também costuma ser palco de agressões físicas e morais, perseguição por parte de professores, proibição do uso do banheiro inerente ao gênero identitário e outras interdições que culminam, formal ou informalmente, na interrupção compulsória da educação formal. Disso resultam marcantes níveis de baixa escolaridade entre a população trans (Andrade, 2012). A violência do próprio Estado emoldura esse retrato social:

mesmo diante de tantas violações, são poucas, e muitas vezes ineficazes, as políticas públicas voltadas à garantia de direitos e de cidadania das pessoas trans (Teixeira & Porém, 2019).

A sobreposição dessas interdições e as violências delas advindas tornam frequentes a marginalização das pessoas trans também nos contextos de trabalho (e.g., Facchini, 2012; Kulick, 2008; Pelúcio, 2005). A partir dos já mencionados obstáculos à obtenção de educação formal, que é reduzida em razão das violências sofridas no ambiente escolar, associados à frequente expulsão dos lares familiares e à falta de políticas públicas afirmativas, há o empobrecimento dessa população e a dificuldade de ascensão social.

Isso tem um impacto direto sobre a experiência de trabalho dessa população que, muitas vezes, encontra no mercado informal a única possibilidade de sustento, já que o acesso ao mercado formal é dificultado também pela transfobia institucional (Almeida & Vasconcellos, 2018). Na informalidade, o estigma também opera, geralmente, reduzindo as opções laborais a subempregos e, notadamente, à prostituição, campo de trabalho que submete a população trans a riscos biopsicossociais de diversas ordens (Silva & Ornat, 2018; Teixeira, 2008). Diante desse cenário preocupante, autores como Amaral et al. (2014) e Carrieri et al. (2014) destacam a importância de se expandir as investigações nessa área. A realização de pesquisas sobre esse público tem, como impacto esperado, a ampliação da visibilidade das questões cruciais que se observam no cruzamento entre trabalho, educação e cidadania. Esta pesquisa, em específico, ao se propor a realizar um retrato da pesquisa nesse campo, tem ainda a perspectiva de apontar lacunas, carências e urgências sobre novas pautas, novos tópicos, visando o fortalecimento, em um primeiro plano, dos pesquisadores sobre trabalhadores trans, os quais podem, pelas vias institucionais e dos circuitos de pesquisa e extensão, fazer as ponderações e reflexões chegarem a lideranças ou grupos organizados da sociedade que lidem, diretamente, com a atuação junto a esse público.

O trabalho, entendido como atividade de produção, com repercussões psicossociais e econômicas, é um aspecto central da experiência humana em sociedades que têm, em seu centro, a produção de bens e consumo. Porém, junto ao público trans, conforme já aludido anteriormente, a atividade de trabalho e as características dos contextos laborais assumem matizes mais complexos, pois não se trata apenas de um foco na atividade em si (fazer algo), mas nos contornos sociopolíticos e institucionais que bloqueiam o próprio acesso ao trabalho (aqui pensando em atividades formais, no formato de emprego) por parte dos trabalhadores trans. Considerando essa particularidade da atividade de trabalho e dos contextos laborais, o presente artigo se propõe a realizar uma revisão das produções científicas nacionais que tratam sobre essa temática.

A questão central é identificar o conteúdo dessa produção, em termos de tópicos priorizados, abordagens e resultados alcançados. A premissa central é a seguinte: o que é produzido reflete as prioridades da comunidade científica e ajuda a entender os direcionamentos, as possibilidades, os insumos que, pelos circuitos da produção e disseminação do saber, podem contribuir para a discussão sobre as críticas condições que vivenciam a população trans em seu encontro com a atividade e o contexto laboral.

## Método

Partindo da questão central formulada, foi empregada uma adaptação dos caminhos metodológicos utilizados por Coelho-Lima et al. (2013) em sua revisão sobre as produções da psicologia brasileira acerca do desemprego. Buscando a maior abrangência possível para um filtro inicial das produções brasileiras sobre a temática do trabalho da população trans, não foi estabelecido um recorte temporal específico, a princípio. Elegeram-se como produções a serem analisadas, especificamente, artigos científicos, tendo em vista que estes, além de mais acessíveis, também refletem estágios mais maduros de pesquisas (quando for o caso de pesquisa empírica) e, em alguns casos, quando são frutos de teses e dissertações.

Para essa primeira etapa da revisão foram utilizadas como fontes de informação plataformas acadêmicas virtuais e bases de dados de livre acesso, todas em língua portuguesa. Sob esse critério, foram consultadas a Plataforma Café Filho, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Plataforma Scielo e a Biblioteca Virtual em Saúde.

Diante da diversidade de descritores utilizados na literatura para se referir tanto à população trans (travestis, transexuais etc.) quanto ao trabalho enquanto atividade laboral (como emprego ou profissão, por exemplo), adotou-se operadores booleanos para contemplar essas possibilidades. Assim, foi empregada a seguinte combinação de descritores e operadores booleanos: *travesti OR transgênero OR transexual AND trabalho OR trabalhar OR mercado OR profissão OR inserção OR emprego*. É importante destacar que, para fortalecer o potencial de alcance do levantamento, tais descritores poderiam constar em qualquer parte dos textos pesquisados, não apenas no título ou entre as palavras-chave.

Como resultado desse primeiro levantamento, as bases consultadas retornaram 757 artigos, 20 teses e 36 dissertações. Esse montante foi submetido aos seguintes critérios de elegibilidade: a) as produções precisavam tratar de populações brasileiras; b) era necessária a menção ao *trabalho* como variável central ou secundária nos materiais; c) as publicações deveriam estar disponíveis integralmente e em língua portuguesa. A partir desse primeiro filtro, permaneceram no escopo de análise 38 artigos, 4 teses e 10 dissertações. A seguir, considerando o maior número de produções no formato de artigos científicos em relação aos

demaís formatos acadêmicos, decidiu-se por delimitar a seleção final aos artigos completos publicados em língua portuguesa. Os principais dados referentes aos 38 artigos que foram analisados nesse estudo podem ser encontrados na Tabela 01.

**Tabela 1**

*Artigos analisados neste estudo*

Artigo	Área	Desenho	Tipo de estudo	Idade dos participantes	Região dos participantes	Trabalho central
Almeida e Vasconcellos (2018)	Direito	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste	Sim
Amaral, Silva, Cruz e Toneli (2014)	Psicologia	Quantitativo	Estudo	-	-	Não
Barbosa e Clark (2017)	Direito	Qualitativo	Teórico	-	-	Não
Bortolozzi (2015)	Psicologia	Qualitativo	Teórico	-	-	Sim
Cabral e Silva (2016)	Geografia	Qualitativo	Empírico	-	Sul	Não
Carrieri, Souza e Aguiar (2014)	Administração	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste	Sim
Carijo (2012)	Antropologia / História	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste e Itália	Não
Carijo, Simpson, Rasera, Padro e Teixeira (2019)	Antropologia	Qualitativo	Empírico	Cerca de 60 anos	Sudeste	Não
Davi e Bruns (2015)	Psicologia	Qualitativo	Empírico	Entre 24 e 42 anos	Sudeste	Sim
Davi e Bruns (2017)	Psicologia	Qualitativo	Empírico	Média de 25 anos	Sudeste	Sim
Dias (2018)	Educação	Qualitativo	Empírico	29 anos	Nordeste	Não
Dias e Bernadineli (2016)	Direito	Quantitativo	Bibliográfico	-	-	Sim
Ferreira (2009)	Ciência da Informação e Antropologia	Qualitativo	Empírico	Entre 20 e 60 anos	Norte	Não
França (2006)	Ciências Sociais	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste	Não
Franco e Cicillini (2015)	Educação	Qualitativo	Empírico	Entre 27 e 46 anos	Brasil	Não
Magno, Dourado e Silva (2018)	Saúde Pública	Qualitativo	Empírico	Entre 19 e 54 anos	Nordeste	Não
Marinho (2016)	Direito	Qualitativo	Teórico	-	-	Sim
Mendes e Costa (2019)	Direito	Qualitativo	Empírico	-	-	Não
Moura (2015)	Administração	Qualitativo	Teórico	-	-	Sim
Nascimento (2014)	Antropologia	Qualitativo	Empírico	A partir de 19 anos	Nordeste	Sim
Nogueira e León (2012)	Sociologia	Qualitativo	Empírico	A partir de 26 anos	Nordeste	Sim
Olivar (2014)	Antropologia	Qualitativo	Empírico	Entre 18 e 25 anos	Norte	Não
Pacheco e Pacheco (2016)	Direito	Qualitativo	Empírico	-	-	Não
Patricio (2012)	Antropologia	Qualitativo	Empírico	-	Nordeste e Espanha	Sim
Pedra, Souza, Rodrigues e Silva (2018)	Administração	Misto	Empírico	-	Sudeste	Sim

Pelúcio (2005)	Antropologia	Qualitativo	Empírico	Entre 17 e 26 anos	Sudeste	Não
Pelúcio (2006)	Antropologia / Ciências Sociais	Qualitativo	Empírico	Entre 21 e 38 anos	Sudeste	Não
Prado e Dangelo (2017)	Direito	Qualitativo	Teórico	-	-	Sim
Santos (2016)	Sociologia	Mista	Empírico	-	Brasil	Não
Silva e Ornat (2018)	Geografia	Qualitativo	Empírico	-	Brasil e Espanha	Sim
Silva Jr (2017)	Ciências Sociais	Qualitativo	Empírico	Cerca de 64 anos	Sudeste	Não
Silva, Luppi e Veras (2020)	Saúde Coletiva	Quantitativo	Empírico	Entre 14 e acima de 40 anos	Sudeste	Sim
Soliva (2018)	Ciências da Saúde	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste e Centro-Oeste	Sim
Soliva (2019)	Ciências da Saúde	Qualitativo	Empírico	-	França, Espanha e Brasil	Sim
Souza, Malvasi, Signorelli e Pereira (2015)	Saúde Coletiva	Qualitativo	Empírico	Entre 18 e 53 anos	Sul	Não
Teixeira (2008)	Antropologia / Ciências Sociais	Qualitativo	Empírico	-	Sudeste e Itália	Sim
Teixeira e Porém (2019)	Comunicação	Qualitativo	Teórico	-	-	Sim
Vieira e Sousa (2019)	Direito	Qualitativo	Teórico	-	-	Não

A sequência do processo de coleta de dados consistiu na leitura integral dos 38 artigos selecionados pela equipe de pesquisa. As principais informações bibliométricas de cada estudo foram registradas em uma planilha informacional e novamente validadas a partir dos critérios de elegibilidade previamente apresentados. De cada artigo, foram coletados os seguintes dados: título, autores, ano de publicação, área do conhecimento (aferida através da avaliação dos currículos públicos das/os autoras/es e/ou pelo campo de saber do periódico em que houve a publicação), palavras-chave, tipo de estudo empreendido (empírico ou teórico), desenho de pesquisa, quem são os participantes (suas atividades laborais, idades e localização geográfica), principais referências teóricas utilizadas, se a temática “trabalho da população trans” era principal ou secundária em cada artigo e os principais resultados de cada estudo.

A matriz de dados originada nessa etapa possibilitou a realização de análises quantitativas de ordem exploratória e descritiva, apontando tendências, afastamentos e particularidades entre os trabalhos acadêmicos investigados.

## Resultados e Discussão

### Caracterização geral dos estudos

Como não houve delimitação temporal na realização da revisão, um primeiro dado que chama a atenção é em relação ao período de publicação dos 38 artigos selecionados. Esses trabalhos foram publicados entre 2005 e 2021, com um expressivo aumento de publicações a partir de 2014: dos 38 trabalhos, 86,8% (33 artigos) foram publicados entre 2014 e 2021. Essa tendência já havia sido identificada na primeira década dos anos 2000 pela revisão realizada por Amaral et al. (2014). Essas autoras investigaram as produções acadêmicas sobre travestis e transexuais entre os anos de 2001 e 2010 e observaram, a partir de 2008, um aumento expressivo nos estudos sobre essa população.

Uma hipótese para explicar esse aumento pode ter a ver com o avanço da luta pela despatologização das identidades trans nos últimos anos. Esse movimento mundial obteve recentemente a grande conquista da retirada das identidades trans da categoria de “transtornos mentais” nas edições mais recentes dos principais manuais nosológicos, capitaneada pela campanha internacional *Stop Trans Pathologization*, iniciada na Espanha em 2012. Tal mudança impacta não apenas a saúde da população trans, mas todas as suas esferas de vida estigmatizadas pela visão anterior de que eram pessoas “doentes”, “desviantes”, “anormais”.

Chamou atenção, também, a abrangência de áreas de conhecimento dos trabalhos publicados. O rol de artigos incluiu publicações das seguintes ciências: Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Ciências da Saúde, Comunicação Social,

Direito, Educação, Geografia, Psicologia e Sociologia. Dentre as áreas identificadas, Antropologia, Direito e Psicologia lideram a quantidade de publicações sobre o trabalho na vivência da população trans, totalizando, juntas, 60,5% dos artigos selecionados.

Esse dado parece corroborar a tradição da Antropologia em estudos de gênero, de grupos sociais marginalizados e suas vivências, como é o caso das pessoas trans (Amaral et al., 2014). Quanto ao Direito, é plausível que o expressivo número de estudos dessa área sobre a população trans esteja relacionado às discussões, retrocessos e avanços ocorridos nos últimos anos quanto a dispositivos jurídicos ligados à garantia de direitos desse grupo. Os direitos das pessoas trans têm ganhado atenção crescente no meio judiciário, especialmente através das pautas da alteração do nome de registro, do respeito ao *nome social* e da histórica equiparação do crime de LGBTfobia ao racismo, homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019.

A psicologia brasileira, por sua vez, apresenta um histórico de crescente engajamento nas pesquisas sobre a população trans (Amaral et al., 2014). Entre os artigos analisados pertencentes a essa área de conhecimento, foram identificadas contribuições de subáreas como a Psicologia Social, Psicologia Clínica e Psicologia do Trabalho. Isso indica que o interesse sobre as vivências das pessoas transgênero vêm se tornando transversal às diferentes áreas de pesquisa da psicologia nacional. Destaca-se, ainda, que esses artigos foram publicados a partir de 2014, período correspondente ao início da campanha nacional *Despatologização das Identidades Trans e Travestis*. Organizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), essa campanha é um chamado a toda categoria profissional, incluindo pesquisadoras e pesquisadores, pela construção de reflexões, saberes e fazeres no combate à patologização das identidades e vidas trans.

O desenho de pesquisa predominante foi o qualitativo, presente em 33 das publicações identificadas (86,8% do total). Outras duas publicações indicaram o uso de um desenho misto de pesquisa, integrando recortes qualitativos e quantitativos. É interessante destacar que apenas três dos estudos analisados possuem um desenho predominantemente quantitativo. Quanto aos aspectos metodológicos, 73,6% das publicações (28 artigos) vieram de estudos empíricos, cujos métodos mais frequentes envolveram entrevistas semiestruturadas, observações participantes, estudos de caso, diário de campo e etnografia. Os outros 12 artigos (37,5% das publicações) relatam os achados de estudos teóricos realizados a partir de revisões bibliográficas e análises de documentos.

A predominância de estudos qualitativos e empíricos está relacionada, como hipótese, às tradições mais consolidadas nas áreas de conhecimento dos estudos selecionados, sendo sua maioria situada no domínio das Humanidades. Nesse grande campo integrado por áreas como Antropologia, Sociologia e Psicologia, são preponderantes abordagens qualitativas de recorte empírico, destacando-se o uso de entrevistas, etnografias, histórias de vida e profundos estudos de caso. Os estudos teóricos, por sua vez, apareceram de maneira marcante no domínio do Direito, com análises de jurisprudências, dispositivos de lei e interpretações jurídicas sobre os direitos da população trans, o que reflete também uma tradição metodológica dessa área de conhecimento.

A análise das palavras-chave revelou que *travesti* (e suas variações *travestis* e *travestilidades*) é o descritor mais utilizado para se referir à população trans entre os artigos analisados, com 20 ocorrências. A seguir, *transsexual* e correlatos aparecem 10 vezes entre os descritores das publicações, com *transgênero* e variantes vindo logo a seguir, com 6 menções. Sobre as temáticas de pesquisa das publicações, a palavra-chave gênero liderou com 12 ocorrências. De maneira análoga, o termo *identidade de gênero* apareceu 6 vezes.

No que se refere a artigos que tomaram a atividade laboral de pessoas trans como objeto de estudo, foi identificada, entre as publicações investigadas, uma série de palavras-chave utilizadas para se referir a essa dimensão. O descritor mais utilizado para se referir ao trabalho como atividade foi *prostituição*, com sete menções, seguido por *mercado de trabalho*, com quatro citações. Os termos *inclusão* e *inserção* apareceram três vezes cada um, entre as palavras-chave das publicações. Por fim, *organização* e *profissional* apareceram uma vez cada entre os descritores dos documentos.

Esses dados podem refletir a escolha das ênfases a serem aplicadas às investigações, a uma estimativa levantada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) de que 90% da população trans brasileira exerce o trabalho sexual como principal ou única fonte de renda (Benevides & Nogueira, 2021), refletindo um processo de exclusão que torna a prostituição não uma “escolha”, mas sim uma necessidade. No trabalho “na pista”, como é popularmente chamado o exercício da prostituição, as pessoas trans estão sujeitas a violências diversas, riscos psicossociais e de saúde, e até mesmo a morte.

Os termos *mercado de trabalho*, *inclusão* e *organização* são entendidos aqui como correlatos às inserções formais bloqueadas à população trans que, mesmo quando consegue acessar postos formais de trabalho, enfrenta transfobia institucional que muitas vezes resulta no abandono de tais postos (Moura, 2015). Esses indicativos foram confirmados no decorrer das análises dos resultados dos artigos e são melhor explorados mais adiante neste escrito.

Em relação às idades das pessoas trans participantes dos estudos selecionados, observou-se que a mais nova tinha 17 anos e a mais velha, 64. A esse respeito, é importante destacar que a expectativa de vida estimada pela militância (uma vez que a população trans não é considerada nos censos oficiais) para as pessoas trans no Brasil é de apenas 35 anos, contra 75 da população em geral (Almeida & Vasconcellos, 2018).

Quanto aos locais em que ocorreram as pesquisas, foram identificados trabalhos oriundos das cinco regiões do Brasil, com uma concentração maior no Sudeste brasileiro, especialmente no estado de São Paulo e seu interior.

Quanto ao referencial teórico utilizado, 23 dos 38 artigos utilizaram diretamente algumas das contribuições de Judith Butler. Além disso, os artigos se valem de referenciais nacionais para o seu embasamento, principalmente das reflexões de Marcos Benedetti, Berenice Bento (7 artigos em ambos os casos) e Larissa Pelúcio (constando em 8 artigos). Assim, de maneira geral, os artigos se valem da *Teoria Queer* como base para debater a questão do gênero, não sendo identificadas discordâncias teóricas substantivas quanto a esse tema. Contudo, quanto a questão do trabalho, os artigos valem-se mais de documentos oficiais, produzidos por movimentos sociais, ou pesquisas sobre alguma atividade profissional específica (como prostituição ou transformismo). Apenas dois artigos valem-se de alguma teorização acerca da categoria trabalho.

O critério central para a revisão aqui proposta se refere a se o trabalho é a variável principal das publicações analisadas. Para essa avaliação, foi considerado se a categoria *trabalho* ocupava lugar de destaque em cada artigo, tanto como temática discursiva quanto como atividade, através dos quais outros temas relevantes eram discutidos nas publicações. Foi identificado, assim, que 19 artigos tiveram o trabalho como variável central, o que equivale a 50% das publicações. Isso significa dizer que, na outra metade dos artigos revisados, o trabalho enquanto esfera de vida/atividade surge de maneira secundária ou pontual.

Os dados descritivos apresentados até aqui emolduram características importantes sobre o campo de estudos sobre o trabalho nas vidas das pessoas trans de nosso país. Entretanto, esses dados não respondem sozinhos à principal questão aqui levantada sobre como a literatura brasileira vem tratando a temática do trabalho para a população trans e travesti. Para respondê-la, a contento, foi realizada uma análise dos principais achados dos artigos selecionados que foram agrupados em categorias analíticas a serem apresentadas e discutidas a seguir. Um primeiro bloco analítico permitiu a construção de considerações gerais a partir dos artigos que não tiveram o trabalho como variável central, mas abordaram essa dimensão das vivências trans. Já o segundo escopo de análises englobou os artigos nos quais o trabalho da população trans aparece como tema central, categorizando-os em eixos analíticos que nortearam as discussões e reflexões apresentadas adiante.

## **O trabalho como campo de exclusão, busca de cidadania e reparação**

Um primeiro e importante ponto de interesse dessa etapa de análise refere-se aos artigos que, entre os selecionados, *não têm o trabalho como variável central*, mas o citam ou o discutem em alguma medida. A análise de seus achados revela o reconhecimento acadêmico dos impactos dessa esfera de vida nas vivências da população trans, mesmo quando ela não está em primeiro plano nas investigações. Oito desses estudos indicam que a elevada inserção da população trans na prostituição se deve à necessidade de sobrevivência e à ausência de oportunidades no mercado formal (Cabral & Silva, 2016; Carrijo, 2012; Ferreira, 2009; Magno et al., 2018; Olivar, 2014; Pelúcio, 2005, 2006; Souza et al., 2015). Olivar (2014), em seu estudo sobre as vivências de jovens no mercado sexual de uma região fronteiriça entre Brasil, Peru e Colômbia, aponta que os impactos do trabalho sexual sobre as vidas das pessoas trans são entrelaçados com aspectos como estrutura familiar, situação econômica e social, e as relações identitárias estabelecidas.

Outros estudos ressaltam que a inserção muitas vezes compulsória no trabalho sexual, em razão da baixa escolaridade e da frequente expulsão dos lares (oriundas de ambientes escolares e familiares transfóbicos), expõe as pessoas trans a riscos de violência e de saúde (e.g., Amaral et al., 2014; Cabral & Silva, 2016; Carrijo, 2012; Pelúcio, 2005, 2006). A busca de outras possibilidades de inserção profissional, seja através do mundo acadêmico ou de postos formais de trabalho, é apontada por Pelúcio (2005) como uma demanda crescente da população trans. Outras formas de inserção buscadas por essa população como alternativas à prostituição aparecem em estudos que narram trajetórias de pessoas trans à luz de suas áreas de estudo e/ou trabalho, como concursos de beleza (Silva, 2017), assistência social (Dias, 2018), educação e pedagogia (Franco & Cicillini, 2015), militância em prol da própria população trans (Carrijo et al., 2019) e candidaturas políticas (Santos, 2016).

O cerceamento do direito da população trans ao trabalho é mencionado em outros artigos (e.g., Barbosa & Clark, 2017; Mendes & Costa, 2018; Pacheco & Pacheco, 2016; Souza et al., 2015; Vieira & Sousa, 2019) como um desafio constante à garantia de cidadania desse grupo. Pacheco e Pacheco (2016) defendem a necessidade de uma *Lei de Identidade de Gênero* que promova a efetiva inclusão social da população trans no Brasil, incluindo a garantia de direitos trabalhistas, pois apenas assim esse grupo poderá vivenciar um Estado verdadeiramente democrático. O estudo realizado por Lacerda e Almeida (2021) discute sobre como as dificuldades de acesso e permanência das pessoas trans no ensino superior repercutem em barreiras para a inserção desse grupo no mercado de trabalho formal. Por sua vez, França (2006) denuncia as dificuldades de acesso da população trans ao mercado de consumo em uma época de suposto acolhimento à diversidade, cuja abrangência parece alcançar apenas uma parte das minorias sexuais e identitárias.

Por fim, Amaral et al. (2014) identificaram nas produções acadêmicas, entre 2001 e 2010, um marcante foco na prostituição e nas questões de saúde e violência que atravessam as vidas trans brasileiras. Embora tais temáticas sejam de elevada importância, as autoras destacam a necessidade de mais iniciativas e de pesquisas que tratem do acesso, permanência e desenvolvimento da população trans no mercado de trabalho. Isso decerto é um esforço importante, mas um outro é permitir

que os movimentos sociais, que atuam na ponta e em defesa de situações de vida concretas, continuem encontrando abrigo e “vasão” no contexto do ativismo acadêmico.

Adicionalmente, a revisão aqui realizada categorizou os estudos selecionados que *tiveram o trabalho como variável central de investigação*, utilizando como critérios os pontos de aproximação e convergência entre seus respectivos resultados. É importante frisar que alguns trabalhos foram incluídos em mais de uma categoria pela abrangência de suas temáticas e resultados.

A primeira categoria identificada refere-se à *construção de sentidos e identidades através do trabalho*, com estudos que discutem os impactos e a importância das diferentes formas de inserção profissional na construção dos trajetos e identidades das pessoas trans (Bortolozzi, 2015; Davi & Toledo-Bruns, 2015, 2017; Nascimento, 2014; Nogueira & León, 2012; Patrício, 2012; Silva & Ornat, 2018; Soliva, 2018, 2019; Teixeira, 2008). Esse conjunto de estudos reconhece que a esfera do trabalho nas vidas de pessoas trans geralmente é demarcada pela prostituição, fruto de um processo de exclusão sistêmica que limita as oportunidades em outros espaços laborais.

Os artigos dessa primeira categoria analisam, por exemplo, como o trabalho na prostituição molda e afeta os processos identitários das pessoas trans, incluindo também seus corpos e vivências. Nogueira e León (2012) discutem como os espaços e itinerários da prostituição são mais do que uma fonte de subsistência para as travestis, tornando-se vias de sociabilidade, integração e pertencimento. Segundo o estudo desses autores, é através desse campo de experiências que as travestis constroem e reconfiguram sua própria noção de gênero e de corporeidade, obtendo não apenas os recursos materiais para as mudanças que operam em seus corpos e estilos de vida, mas o substrato simbólico e social de um ideal canônico de feminilidade almejada. Para algumas das travestis brasileiras que imigraram para a Europa para atuarem no mercado sexual europeu, e que participaram do estudo de Teixeira (2008), o trabalho na prostituição é percebido não como a ausência de outras oportunidades, mas como uma atividade que permite autonomia e protagonismo no exercício profissional.

Ao mesmo tempo, esses estudos (Nascimento, 2014; Silva & Ornat, 2018; Davi & Toledo-Bruns, 2015) são unânimes em reconhecer que o trabalho na prostituição é permeado por riscos de diversas ordens. A falta de regulamentação, os julgamentos morais e conservadores da sociedade e as inúmeras violências deles advindos acabam criminalizando o trabalho sexual (Nascimento, 2014; Silva & Ornat, 2018). Essa ambivalência do trabalho sexual como fonte simultânea de sentidos e de riscos para as pessoas trans é discutida por Davi e Toledo-Bruns (2015), para quem o medo e a vulnerabilidade inerentes à prostituição coabitam com as redes de sociabilidade e suportes afetivo e econômico construídos no contato com outras pessoas trans, cafetinas e clientes. Segundo esses autores, essa ambiguidade repercute de maneiras diversas, ora viabilizando modelos de referência vivencial, ora gerando marcante sofrimento que leva ao abuso de psicoativos e de comportamentos de risco.

Outro estudo de Davi e Toledo-Bruns (2017) não apenas corrobora os achados anteriores, mas sublinha o quanto a violência e a exclusão vivenciadas no trabalho como prostitutas terminam moldando inclusive a forma com que trabalhadoras trans lidam com outras pessoas e consigo mesmas. Diante disso, Davi e Toledo-Bruns (2015, 2017) apontam a busca de outros tipos de trabalho como uma forma de romper com as vivências e sentidos negativos associados à prostituição, configurando também um elemento de distinção para as pessoas trans. Os estudos de Soliva (2018, 2019) vão nessa direção ao investigar as trajetórias de travestis brasileiras na Europa como parte da construção de uma identidade de “travestis profissionais”, associada à atuação em grandes *shows artísticos* e peças de teatro no continente europeu e no próprio Brasil, fonte de empoderamento, glamour e novas possibilidades de inserções sociais para as participantes. Esse também é o caso das mulheres trans retratadas no estudo de Patrício (2012), que, após vivenciarem trajetos e histórias na Europa, reivindicam um lugar de diferença identitária por dedicarem-se a atividades outras que não a prostituição. O autor destaca que as vivências em trabalhos formais ou em ramos artísticos são percebidas como uma fonte positiva de segurança, um diferencial marcante quando comparado com o estigma que perpassa o trabalho sexual. Evidencia-se nos estudos até aqui analisados que, entre as possibilidades e tensionamentos vivenciados pelas pessoas trans na prostituição, o desejo por outras vias de inserção profissional, especialmente no mercado formal, é vislumbrado como um rompimento possível com os frequentes percursos de violência e exclusão social. Entretanto, na formalidade o estigma também age, conforme revelam os estudos da segunda categoria identificada nesta revisão, referente aos *desafios enfrentados pelas pessoas trans no ingresso e permanência no mercado formal* (Almeida & Vasconcellos, 2018; Carrieri & Aguiar, 2014; Marinho, 2016; Moura, 2015; Pedra et al., 2018; Prado & D’Angelo, 2017; Silva et al., 2020; Teixeira & Porém, 2019), discutidos a seguir.

A análise realizada por Marinho (2016) sobre a exclusão enfrentada pelas pessoas trans e travestis no mercado de trabalho é contundente ao afirmar que o trabalho não pode ser vislumbrado apenas como fonte de subsistência econômica, mas como via de inclusão social e desenvolvimento para a população trans. Porém, conforme destaca a autora, uma série de impedimentos dificulta a inserção das pessoas trans nos postos formais de trabalho, como os obstáculos enfrentados por esse grupo em seu processo de escolarização e qualificação, além do acentuado preconceito transfóbico nos processos de seleção e recrutamento. Refletindo esse panorama, o estudo transversal realizado por Silva et al. (2020), junto a 672 pessoas transgênero do estado de São Paulo, revela que apenas 16,7% dos participantes tinham um emprego formal no momento da pesquisa (por exemplo, vendedores em lojas, serviços administrativos, ciências contábeis, na indústria e na agricultura). Essas



autoras também indicam uma elevada inserção das pessoas trans pesquisadas na informalidade, notadamente no trabalho sexual (40% dos participantes).

O estudo de Almeida e Vasconcellos (2018) sobre o acesso de pessoas trans ao mercado de trabalho em São Paulo, após consulta a entidades representativas desse grupo, destaca outra barreira ao ingresso e permanência em ocupações formais, a das dificuldades de retificação dos documentos de registro. Em razão disso, muitas pessoas trans são excluídas de processos seletivos e/ou expostas a situações vexatórias na busca por emprego, mesmo quando conseguem superar os vários desafios para a obtenção da qualificação acadêmica/profissional. Isso indica que grande parte das empresas não possui políticas voltadas ao adequado acolhimento dessa população, como o respeito ao *nome social*, por exemplo (Marinho, 2016). A respeito do uso do nome social, a partir de 2016 entrou em vigor o Decreto 8.727 que trata sobre essa questão. Logo, é provável que tenha havido mudanças importantes nesse cenário nos últimos cinco anos.

É importante também destacar que as pessoas trans, ao terem sua inserção no mercado formal dificultada, terminam impedidas de integrar redes de sociabilidade, de usufruir de direitos trabalhistas como seguro-desemprego, pensões e aposentadoria, de exercer direitos e deveres políticos, e ocupar espaços e cargos condizentes com seus objetivos e competências profissionais. Essas dificuldades repercutem em elevados níveis de pobreza entre pessoas trans (Souza, 2019).

Mesmo quando conseguem acessar o mercado formal de trabalho, as pessoas trans tendem a ser atingidas por outros tipos de violências que dificultam a permanência nesses postos. O estudo de Moura (2015) observa que prevalece um processo de homogeneização no mercado de trabalho que privilegia o apagamento da diversidade, mascarando o preconceito ao ignorar as especificidades dos trabalhadores trans. Concordam com essa perspectiva os achados do estudo de Carrieri et al. (2014), apontando que, no caso das pessoas trans, são frequentes nos espaços de trabalho violências simbólicas como a proibição do uso do uniforme e do banheiro referentes ao gênero identitário e a exibição compulsória do nome de registro em crachás (Almeida & Vasconcellos, 2018). É importante destacar que, mesmo quando uma pessoa trans alcança níveis elevados de qualificação (como mestrado, doutorado etc.) e já exerce uma posição que determina um certo *status* social, ela não está isenta de sofrer os impactos diretos da transfobia. Um emblemático exemplo disso é o caso de transfobia institucional relatado por Souza (2019), de uma professora trans universitária impedida de adentrar a sala de aula e de ministrar suas aulas.

Os estudos dessa categoria apontam medidas e caminhos necessários para favorecer o acesso e a permanência da população trans no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, as publicações listam como imprescindível o respeito às diferentes identidades de gênero nos espaços de trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Marinho, 2016; Moura, 2015). Garantida esta base fundamental, as entidades representativas das pessoas trans entrevistadas por Almeida e Vasconcellos (2018) indicam medidas importantes como a oferta de capacitação continuada, tanto para a própria população trans quanto para as empresas públicas e privadas que poderão empregá-las. Dentre essas, destacam-se ações publicitárias de combate ao preconceito transfóbico no mercado de trabalho e a estruturação de redes e dispositivos virtuais de compartilhamento de oportunidades de emprego para pessoas trans. Por fim, os estudos dessa categoria concordam com a defesa de Prado e D'Angelo (2017), de que o principal caminho para a adequada inclusão das pessoas trans no mercado formal de trabalho é a criação, efetivação e multiplicação de políticas (públicas e de âmbito privado) específicas para essa população, atentas às suas necessidades e particularidades. Esse importante axioma gerou a terceira e última categoria de análise, congregando os estudos que tratam sobre *direitos e políticas de trabalho para a população trans* (Dias & Bernardineli, 2016; Moura, 2015; Marinho, 2021; Pedra et al., 2018; Prado & D'Angelo, 2017; Teixeira & Porém, 2019). Esses estudos partilham do entendimento de que os direitos fundamentais da população transgênero são violados em todas as suas esferas de vida, mesmo que a própria Constituição Brasileira preveja o respeito à diversidade e o direito à identidade (Dias & Bernardineli, 2016). Conforme as reflexões apresentadas no artigo de Marinho (2021), que realizou uma análise sobre a cidadania trans e trabalho a partir de uma abordagem feminista marxista, as violações que se manifestam na sociedade capitalista de trabalho violentam a dignidade e a cidadania dos trabalhadores trans, o que torna urgente o avanço da pauta de emancipação política e humana desse grupo.

Os artigos de Dias e Bernardineli (2016) e de Prado e D'Angelo (2017) defendem que é necessário não só estruturar novos dispositivos legais de proteção à população transgênero, mas fiscalizar e fazer cumprir os que já existem. A esse respeito, os referidos estudos apontam que o principal responsável por fiscalizar e efetivar esses dispositivos e medidas é o próprio Estado que, historicamente, tem falhado na proteção da população trans e na reparação das violências sofridas por esse grupo em todas as suas esferas de vida, incluindo a do trabalho. Ainda, um exemplo importante vem da supracitada equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo, que por decisão histórica do STF (2019) que viabiliza a inclusão de condutas transfóbicas nos crimes previstos pela Lei 7.716. A aplicação desse dispositivo legal tem o potencial de combater a exclusão sofrida pela população trans no mundo do trabalho, mas para isso é necessário que políticas institucionais de fiscalização e efetivação sejam estruturadas em todos os níveis (no público e no privado).

Foi possível identificar, entre os estudos incluídos nessa categoria, exemplos de políticas que favorecem o acesso e a permanência no mercado formal de trabalho. O trabalho de Teixeira e Porém (2019) faz uma interessante reflexão sobre como a comunicação organizacional pode e deve ser utilizada como um recurso de acolhimento e desenvolvimento da população

trans em ambientes organizacionais diversos. Esses autores refletem que pensar criticamente a comunicação e a gestão nas empresas, com foco no respeito e na garantia de protagonismo das pessoas trans, é um caminho importante para combater o preconceito transfóbico que vitima esse grupo no mercado de trabalho.

Já o artigo de Pedra et al. (2018) discute de maneira detalhada as contribuições do *Programa Transcidadania* (originalmente implantado na capital de São Paulo), voltado a oferecer capacitação e inclusão de pessoas trans no mercado formal de trabalho. Segundo análise realizada por esses autores, a efetividade do *Transcidadania* concretiza a importância de políticas públicas comprometidas com a transformação social das realidades vivenciadas pela população trans através do trabalho, contribuindo diretamente com a viabilização de seus direitos e com o acesso à cidadania que tantas vezes lhes é negada.

## Conclusões

Este estudo propôs a realização de uma revisão dos artigos brasileiros sobre o trabalho nas vidas da população trans e travesti, sem a delimitação de um recorte temporal específico. Os 38 artigos selecionados foram analisados a partir de seus dados bibliométricos (como área de conhecimento, ano de publicação, palavras-chave, metodologia etc.), da centralidade atribuída ao trabalho como atividade central de pesquisa/discussão e, principalmente, a partir de seus resultados.

As análises realizadas revelaram que o trabalho aparece, frequentemente, como ponto de discussão nas produções brasileiras sobre a população trans, com menor ou maior centralidade. Inicialmente, chamou a atenção o fato de que, embora por uma pequena diferença, a maioria dos artigos selecionados investiga e discute o trabalho de maneira secundária. Isso pode indicar um viés de escolha que reflete a prioridade, justificada ou não, atribuída a outras dimensões psicossociais das pessoas trans (que não o trabalho). Porém, o trabalho, entendido como meio central pelo qual se obtém renda e inserção profissional, mas também afirmação de si e de construção de significados, pode ser um “aliado” decisivo nas lutas e conquistas que perpassam esse público.

Nos artigos em que o trabalho da população trans é o ponto central de interesse, foi possível identificar que a prostituição, campo para o qual a maior parte da população trans é empurrada em razão de múltiplos processos de exclusão, é a temática de investigação mais frequente. Os artigos analisados discutem como essa forma de trabalho impacta e molda, geralmente de maneira negativa, suas vivências sociais, identitárias e o acesso a direitos fundamentais. Num contraponto aos aspectos negativos do trabalho sexual, a busca pela inserção no mercado formal aparece nas pesquisas como um anseio frequente das pessoas trans participantes, ligado a expectativas de inclusão social, segurança econômica e física, e garantia de direitos fundamentais geralmente negados nos espaços informais de trabalho.

Entretanto, a análise realizada revela que o almejado acesso das pessoas trans ao mercado formal é dificultado por processos excludentes anteriores, como as dificuldades encontradas por esse grupo na conclusão dos estudos em razão da transfobia nos espaços escolares e pela marcante transfobia estrutural nos processos de recrutamento e seleção, que costumam barrar a ocupação de postos formais de trabalho. Para além desses impedimentos, os artigos revelam que mesmo as pessoas trans que conseguem inserir-se no mercado formal enfrentam violações transfóbicas que dificultam sua permanência nesses espaços, como desrespeito ao nome social, proibição do uso do banheiro identitário e situações vexatórias no ambiente laboral. Diante disso, o estabelecimento e o cumprimento de políticas públicas e institucionais protetivas aos direitos da população trans no mundo do trabalho são apontados pelos estudos como importantes vias de reparação e garantia de cidadania desse grupo.

Para além da caracterização dos caminhos percorridos pelas pesquisas brasileiras sobre o trabalho da população trans, foi possível identificar algumas lacunas referentes a aspectos ainda pouco explorados. O primeiro diz respeito à necessidade de mais estudos que investiguem o trabalho como variável central na experiência das pessoas trans em outros campos de atuação para além da prostituição. Embora seja patente que essa população é recorrentemente obrigada a inserir-se na prostituição para sobreviver, e que esse reconhecimento seja considerado e problematizado em todos os escopos de estudo sobre a temática do trabalho, investigações dedicadas a outros arranjos e vivências possíveis de trabalho podem oferecer maior visibilidade tanto para os benefícios advindos de outras inserções laborais, quanto para as barreiras ainda vigentes nesses espaços. Essa situação pode indicar uma lacuna importante a ser considerada em pesquisas futuras acerca dessa temática. Isso porque, ainda que haja singularidades quanto ao trabalho entre pessoas trans, este continua articulado com uma dinâmica global do trabalho no capitalismo.

A majoritária prevalência de métodos qualitativos entre os artigos analisados, um reflexo direto das tradições de pesquisa das áreas de conhecimento das publicações, ao passo em que é positiva na medida em que oferece um olhar aprofundado sobre as particularidades das vivências da população trans no mundo do trabalho, aponta, de maneira indireta, que parecem ser raras as pesquisas quantitativas nessa seara. Nesse sentido, a realização de mais estudos de ordem quantitativa e exploratória poderia trazer dados importantes sobre a realidade do trabalho para a população trans brasileira, especialmente diante da ausência de estatísticas oficiais sobre esse grupo no Brasil.

É importante destacar que, embora os estudos selecionados discutam mais detidamente as políticas públicas voltadas à realidade da população trans no mercado formal, são igualmente importantes dispositivos legais e políticos que se debruçam

sobre a realidade do trabalho sexual desse segmento populacional. Conforme discutido anteriormente, a prostituição termina sendo um destino compulsório para a maioria dessa população, especialmente as pessoas transfemininas. Nesse campo de trabalho, a população trans não só está desamparada social e juridicamente, mas exposta a violências diversas. Assim, enfatiza-se aqui a importância da regulamentação e da descriminalização da prostituição, com criação de medidas protetivas e viabilização de direitos sociais e trabalhistas, o que pode representar uma outra via de reparação para a população trans que está inserida nesse contexto.

Por fim, cumpre reconhecer a limitação da presente revisão à modalidade de artigos científicos completos publicados em língua portuguesa. Embora este foco seja justificado em razão da maior quantidade de trabalhos publicados nesse formato, a primeira fase de coleta de dados desta pesquisa resgatou produções também nos formatos de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Futuras revisões dedicadas a analisar os estudos sobre trabalho da população trans nesses outros formatos são recomendadas, pois a continuidade e expansão da sistematização do conhecimento produzido sobre essa temática têm o potencial de fomentar e fortalecer não só a própria literatura, mas servir de subsídio para proposição e efetivação de novas políticas e medidas protetivas para esse grupo tão violentado e cerceado na sociedade brasileira.

### Referências

- Almeida, C. B. D., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: Transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Revista Direito GV*, 14(2), 303-333. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>
- Amaral, M. D. S., Silva, T. C., Cruz, K. D. O., & Toneli, M. J. F. (2014). “Do travestismo às travestilidades”: Uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200007>
- Andrade, L. N. (2012). *Travestis na escola: Assujeitamento ou resistência à ordem normativa* [Tese de Doutorado, Programa de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará]. Repositório UFC. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>
- Barbosa, F. L., & Clark, G. (2017). A (in) visibilidade da comunidade LGBT e o planejamento estatal. *Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*, 3(1), 90-107. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2017.v3i1.2019>
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020* [Dossiê]. Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>
- Bortolozzi, R. M. (2015). A arte transformista brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 123-134. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1274>
- Cabral, V., & Silva, J. M. (2016). Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas. *Geo UERJ*, (29), 275-301. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.19286>
- Carrieri, A. D. P., Souza, E. M. D., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, violência e sexualidade: Estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552014000100006>
- Carrijo, G. G. (2012). Poses, posses e cenários: As fotografias como narrativas da conquista da Europa. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 525-538. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200013>
- Carrijo, G. G., Simpson, K., Rasesa, E. F., Prado, M. A. M., & Teixeira, F. B. (2019). Movimentos emaranhados: Travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54503. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254503>
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY12-4.pcpb>
- Davi, E. H. D., & Toledo-Bruns, M. A. (2015). Mundo-vida travesti: Abordagem fenomenológica das travestilidades. *Temas em Psicologia*, 23(3), 521-533. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-01>

- Davi, E. H. D., & Toledo-Bruns, M. A. (2017). Para ficar em cima do salto: A construção do corpo travesti na perspectiva Merleau-Pontyana. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 23(2), 158-166. <https://doi.org/10.18065/RAG.2017v23n2.3>
- Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm)
- Dias, A. F. (2018). Narrativas formativas e profissionais de uma professora transexual. *Educar em Revista*, 34(70), 255-271. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57415>
- Dias, J. A. H., & Bernardineli, M. C. (2016). O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: Do preconceito à ausência de oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2(2), 243-259. [https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index\\_Law\\_Journals/2016.v2i2.1376](https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2016.v2i2.1376)
- Facchini, R. (2012). Sexualidade, sociedade e diferenças: Refletindo sobre a discriminação e a violência contra LGBT no Brasil. In: G. R. Passamani (Ed.), *(Contra) pontos. Ensaios de gênero, sexualidade, diversidade sexual: O combate à homofobia*. UFMS.
- Ferreira, R. D. S. (2009). A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): Uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. *Ciência da Informação*, 38(2), 35-45. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652009000200003>
- França, I. L. (2006). “Cada macaco no seu galho?”: Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60), 104-115. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000100006>
- Franco, N., & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 325-346. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
- Jesus, J. G. D. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos (2ª Ed.). Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN.
- Kulick, D. (2008). *Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Editora Fiocruz.
- Lacerda, M. C., & Almeida, G. (2021). Exclusão “da “e “na” educação superior: Os desafios de acesso e permanência para a população trans. *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 19(47), 232-248. <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56087>
- Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm#:~:text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.)
- Magno, L., Dourado, I., & Silva, L. A. V. D. (2018). Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(5), e00135917. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00135917>
- Marinho, N. L. A. D. (2016). A exclusão das pessoas trans do mercado de trabalho e a não efetividade do direito fundamental ao trabalho. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, 2(1), 261-277. [https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index\\_Law\\_Journals/2016.v2i1.1128](https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2016.v2i1.1128)
- Marinho, S. (2021). Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: Notas sobre cidadania trans e emancipação. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, 19(47), 248-264. <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56075>
- Mendes, B. L., & Costa, J. R. C. (2018). Transgeneridade e previdência social: Novos horizontes para segurados(as) trans frente às mudanças jurídicas no contexto nacional. *Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social*, 4(2), 1-16. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9865/2018.v4i2.4810>

- Moura, R. G. (2015). Políticas públicas como ferramenta de equidade entre (trans) gêneros no mundo do trabalho. *Cadernos UniFOA*, 10(29), 77-87. <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/366>
- Nascimento, S. S. (2014). Corpo-afeto, corpo-violência: Experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*, 18(1), 69-86. <https://www.proquest.com/openview/705698ebd58f6a8fc7019c2a94484464/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>
- Nogueira, F. J. S., & León, A. G. (2012). “Trabalhadas no feminino”: Um estudo sobre corpo, desejo e prostituição travesti em Fortaleza-CE. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, 4(8), 55-67. <https://www.redalyc.org/pdf/2732/273224053006.pdf>
- Olivar, J. M. N. (2014). Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: Três experiências, um tour de force e algumas reflexões. *Revista Artemis*, 18(1), 87-102. <https://www.proquest.com/openview/w/52b4eb5615779cd3a1273c4afe065883/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>
- Pacheco, R. A. S., & Pacheco, I. S. (2016). Direito, violências e sexualidades: A transexualidade em um contexto de direitos. *Revista Estudos Socio-Jurídicos*, 18(2), 201-226. <https://doi.org/10.12804/esj18.02.2016.07>
- Patrício, M. C. (2012). Misses, empresárias e famosas: Fazendo da atividade uma distinção. *Revista Ártemis*, 13(1), 74-87. <https://www.proquest.com/openview/387cb44cc79bcda743dddcc7577a9424/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>
- Pedra, C. B., Souza, E. C., Rodrigues, R. V. A., & Silva, T. S. A. (2018). Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: Uma análise do programa “transcidadania”. *Revista de Ciências do Estado*, 3(1), 170-199. <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5091>
- Pelúcio, L. (2005). Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, (25), 217-248. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>
- Pelúcio, L. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: Notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 522-534. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200012>
- Prado, A. P. L., & D’Angelo, I. D. M. (2017). A inclusão no mercado de trabalho da pessoa transgênero e a “dolorosa” arte de ser normal. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Brasília*, 3(1), 58-78. [https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index\\_Law\\_Journals/2017.v3i1.2035](https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2017.v3i1.2035)
- Santos, G. G. D. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (23), 58-96. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>
- Silva Junior, A. L. D. (2017). Para uma história dos concursos de beleza trans: A criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais. *Cadernos Pagu*, (50), e175015. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500015>
- Silva, J. M., & Ornat, M. J. (2018). Vidas ininteligíveis e práticas indizíveis: Travestis brasileiras negociando as posições entre criminalização e vitimização da organização das redes de prostituição. *Geo UERJ*, (33), e29601. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2018.29601>
- Silva, M. A. D., Luppi, C. G., & Veras, M. A. D. S. M. (2020). Trabalho e saúde na população transexual: Fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(5), 1723-1734. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>
- Soliva, T. B. (2018). Sobre o talento de ser fabulosa: Os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cadernos Pagu*, (53), e185314. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530014>
- Soliva, T. B. (2019). Internacionais e glamorosas: Sobre a carreira das “travestis profissionais”. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e53423. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n253423>

- Souza, E. M. F. (2019). *(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: Uma análise das políticas para pessoas trans\* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte* [Dissertação de Mestrado, Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29145>
- Souza, M. H. T., Malvasi, P., Signorelli, M. C., & Pereira, P. P. G. (2015). Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(4), 767-776. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514>
- Supremo Tribunal Federal [STF] (2019, 13 de junho). *STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa*. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>
- Teixeira, F. D. B. (2008). L'Italia dei Divieti: Entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *Cadernos Pagu*(31), 275-308. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200013>
- Teixeira, G. L., & Porém, M. E. (2019). Travestis e organizações: O papel da comunicação na construção de espaços organizacionais. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 13(2), 301-313. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1704>
- Vieira, A. D., & Sousa, T. S. (2019). Direitos sexuais, democracia e cidadania na experiência transexual e travesti. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, 11(1), 82-98. <https://doi.org/10.4013/rechtd.2019.111.05>

### Como Citar:

Alves, J. S. C, Bendassolli, P. F., Coelho-Lima, F., Souza, E. M. F., França, R. (2023). Pessoas transgênero brasileiras e o contexto de trabalho: Revisão da literatura nacional. *Revista Subjetividades*, 23(3), e12931. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i2.e12931>

---

### Endereço para correspondência

Joatã Soares Coelho Alves  
E-mail: [joatasoares@gmail.com](mailto:joatasoares@gmail.com)

Pedro Fernando Bendassolli  
E-mail: [pbendassolli@gmail.com](mailto:pbendassolli@gmail.com)

Fellipe Coelho-Lima  
E-mail: [fellipecoelho@lima@gmail.com](mailto:fellipecoelho@lima@gmail.com)

Emilly Mel Fernandes de Souza  
E-mail: [emilly.fernandes.psi@gmail.com](mailto:emilly.fernandes.psi@gmail.com)



**Recebido:** 28/07/2021

**Revisado:** 23/02/2023

**Aceito:** 03/03/2023

**Publicado:** 06/12/2023